

O futuro de milhões de crianças

RUBEM NAVES

Advogado, professor licenciado da PUCSP, fundador e conselheiro da Transparência Brasil e diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Enquanto a atenção da sociedade está voltada para a crise política — e não poderia ser diferente — há outro tema de grande relevância: a aprovação pelo Congresso da Proposta de Emenda Constitucional do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) que, infelizmente, tem tido pouco destaque no cenário nacional. A decisão dos parlamentares, ainda este ano, afetará não só a atual situação de milhões de crianças de até três anos mas também o futuro dessa geração, pois exclui as creches do financiamento. O assunto só tem obtido algum impacto devido ao movimento de várias entidades da sociedade civil.

A proposta do Fundeb é, sem dúvida, um avanço no contexto brasileiro, principalmente se comparada com o Fundo (atual) de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que vigorará até 2006. Isso porque prevê investimentos no ensino infantil, fundamental, médio e para educação de jovens e adultos. A contribuição da União para o novo Fundo passa de 1,5% (R\$ 465 milhões) para 4,7% (R\$ 1,9 milhão) em 2007 e chegará a 7,4% (R\$ 4,3 bilhões) em 2009.

No entanto, analisada na perspectiva das metas do Plano Nacional de Educação e da sociedade, a proposta representa uma grande derrota por não incluir a participação do Fundo no atendimento em creches para as crianças de até três anos. Não considera ainda os custos necessários para ser alcançado um padrão mínimo de qualidade. Prevaleceu, mais uma vez, a lógica do contingenciamento dos recursos em detrimento da inclusão social. Levantamentos elaborados por acadêmicos da Universidade de São Paulo mostram o quanto o Brasil economiza ao deixar de investir nas suas crianças. O país teve gasto estimado de 0,07% do montante total do PIB para atender em creches 756 mil crianças a R\$ 1.100 per capita/ano, em 2003. Para garantir as metas do Plano Nacional de Edu-



cação e atender 4,3 milhões de crianças com mais qualidade, até 2011, o investimento é de R\$ 4.213 per capita/ano, ou 1,04% do PIB.

O Congresso, ao aprovar essa proposta sem alteração, come-

terá enorme erro. E seremos obrigados, como sempre, a conviver com os intermináveis diagnósticos sobre o péssimo desempenho do Brasil em exames como o Pisa (Programa Interna-

cional de Avaliação de Alunos) e análises sobre as causas dos problemas sociais.

A ausência de previsão de recursos específicos para essa faixa etária significa perda irreparável. A educação nos primeiros anos de vida é importante para o desenvolvimento global, formação da personalidade e da inteligência da criança com reflexos positivos em todo processo de aprendizagem. A educação infantil já está consagrada como a primeira etapa da básica.

A necessidade de suplementação de verbas por parte da União, em especial no conjunto do ensino básico, é inquestionável. Basta olhar os dados. No caso das famílias sem rendimento, pouco mais de 20% têm direito à educação infantil, enquanto esse percentual é de quase 60% nas que ganham mais de cinco salários mínimos. O Brasil tem 13 milhões de crianças de até três anos; apenas 11,7% freqüentam creches, e o atendimento público corresponde a 6%.

Há outro aspecto perverso dessa decisão. A medida perpetuará a exclusão não só das crianças, mas também das famílias com baixos rendimentos e das mulheres. Afinal, as creches públicas são fundamentais para garantir a renda obtida pelas mães. Isso em um país onde, em quatro domicílios, um é chefiado por mulher.

A proposta tem ainda outro problema: sobrecarregar os municípios, responsáveis pela educação infantil e conseqüentemente pelas creches. O fato é que também cresceu o comprometimento das receitas municipais com o novo fundo. Com orçamento contado, dificilmente os prefeitos vão conseguir oferecer o número de vagas necessárias às crianças, porque em mais de 80% dos municípios as chamadas "receitas próprias", aquelas que restarem para atender às creches, são praticamente inexistentes. O problema se agrava porque o custo de manter uma criança em creche é, em média, de três a quatro vezes superior ao do ensino fundamental.

Portanto, acredito ser melhor perguntar agora do que analisar o resultado daqui a 10 ou 15 anos. Ao excluir o financiamento das creches no Fundeb, é possível estimar o prejuízo à sociedade brasileira a que mais uma vez assistiremos?

Reflexões sobre o Conselho Econômico e Social

JORGE RUBEN TAPIA

Doutor em ciência política, é professor do Instituto de Economia da Unicamp

A década de noventa trouxe um impulso renovador para a atuação dos Conselhos Econômicos e Sociais, além de ter estimulado a criação de arranjos desse tipo. Os conselhos têm desempenhado importantes papéis em termos de informação, consulta, construção de agendas de reformas e de propostas de legislação em relação a difíceis e complexos processos de reforma do welfare state, do mercado de trabalho, entre outros.

A experiência da Irlanda ilustra a eficácia da instituição. Esse país de tradição política anglo-saxônica, nos últimos vinte anos, produziu vitoriosa estratégia de desenvolvimento para a qual foi extremamente importante à atuação do seu Conselho Econômico Social na definição dos objetivos estratégicos de desenvolvimento e na construção do consenso entre governo e a sociedade organizada.

Ao mesmo tempo, iniciativas dos conselhos de desenvolvimento nacionais, em sintonia com o Conselho Econômico e Social Europeu, têm impulsionado

o Diálogo Social no plano comunitário, reforçando as práticas de negociação e de formulação de diretrizes gerais para diferentes temas da agenda pública.

No caso brasileiro, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDEs) tem antecedentes na história política recente. De um lado, houve a difusão ampla de conselhos ligados às diferentes áreas da política social, educação, saúde, assistência social, refletindo um esforço de criação de mecanismos de participação, controle e de fiscalização. De outro, principalmente nos anos noventa, setores empresariais representados pelo PNBE e o IEDI reclamavam a existência de órgãos consultivos típicos do corporativismo societário, como forma participação mais direta no processo decisório governamental.

Essas reivindicações não encontraram eco ao longo dos anos noventa, sendo inclusive algumas vezes desqualificadas sumariamente. Assim, a iniciativa de criação do Conselho no início do governo Lula expressou tanto o compromisso programático do Partido dos Trabalhadores quanto resgatou as aspirações dos interesses organizados empresariais e de outros setores.

A composição do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social, apesar das assimetrias, traz como novidade importante a ampla representação de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Considerando a velha tradição política do corporativismo estatal e depois daquela dos ditos anéis burocráticos, mesmo com suas imperfeições e limitações, o Conselho representa um inegável avanço institucional.

O CDEs assumiu o papel de órgão de assessoramento da Presidência da República. Nesse sentido teve como uma das suas motivações ser espaço institucional de discussão e de reflexão acerca dos principais temas políticos, econômicos e sociais do país. O Conselho nunca teve a pretensão de desempenhar funções legislativas, mas de realizar debates e subsidiar decisões da agenda pública e do governo.

O CDEs representa um esforço de construção institucional em exemplos internacionais bem-sucedidos, sobretudo europeus, no que se distingue de outras instituições criadas sob inspiração do mundo anglo-saxônico.

Ao longo dos quase dois anos de existência, o Conselho tem desenvolvido trabalhos e discussões relativas a diversos temas da agenda nacional, com a partici-

pação dos conselheiros e dos ministros de Estado. A síntese dos trabalhos realizados está na contribuição contida na proposta de uma agenda de desenvolvimento para o país, como subsídio ao debate público sobre as condições de desenvolvimento sustentável e equidade de longo prazo.

Como mostra a experiência internacional, o Conselho deve ser uma instituição permanente do governo e da sociedade, não de um partido político ou governo. Nesse sentido, é fundamental que suas funções e interfaces com as outras instituições do sistema democrático estejam bem definidas. É comum na nossa experiência política que as expectativas em relação às novas instituições superem o que elas podem realizar. A trajetória de constituição e consolidação institucional é longa e sua integração à cultura institucional do país envolve aprendizado social no qual os erros devem servir de lições para seu aperfeiçoamento.

Assim, se quisermos nos habilitar aos frutos de instituições como Conselho, temos que, pelo menos, pagar o preço e correr os riscos do aprendizado. Experiências sociais não se repetem nem podem ser copiadas, embora possam ter fontes inspiradoras.



ARI CUNHA

visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Hora de pulso forte

Encruzilhada dramática para o PT. A menos que deseje mudar de partido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que usar pulso forte para dirimir as pendengas entre os "companheiros". Fala-se em pouco dinheiro, o BMG cobra dívida judicialmente, mas pelo montante do caixa dois o pessoal do PT não está à míngua de assistência financeira. O pior corre por conta dos desentendimentos internos. O ex-ministro José Dirceu armou seus tentáculos em várias direções e pretende voltar à presidência do partido. Claro que, vencendo as eleições, todo o esquema de poder que estava sendo desarmado voltará a pleno vapor. Isso vai desagradar a muita gente, considerando-se que a chegada à Presidência da República punha nos ombros de Lula a esperança da nação desamparada. E o resultado foi diferente. A economia manteve estável a moeda, mas o povo vive, sofre e amarga dias de falta de dinheiro. Inclusive os militares, que hoje comemoram o seu dia de honra e glória. De qualquer forma, o cristal trincou, e o remendo será iníquo. O poder motivou a ira entre irmãos. A exclusão dos líderes da primeira hora é a comprovação de que nada vai bem no partido, e dificilmente os expurgados serão unguídos pelo perdão dos poderosos. A ganância é difícil de ser vencida pela razão.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“Quem aposta tudo no Real é o Real Madrid.”

Rodrigo Rato, do FMI, num momento de descontração, pensando nos 8 brasileiros contratados pelo time espanhol

Meio ambiente

Não se sabe que medidas serão adotadas pela ministra Marina Silva com relação ao que ocorre em São Paulo. O Rio Tietê, que já consumiu muito dinheiro para a despoluição, sente cada dia mais o desprezo do governo. Há longos trechos onde a água não aparece. É substituída por camada de espuma, e a vida animal se torna imprópria. O pior é que em algumas cidades pequenas a poluição invade até praças públicas.

Banco é banco

Certo que o Banco de Minas Gerais emprestou dinheiro a quem não podia pagar. Ocorre que era o PT, partido do governo. Houve celeuma, ninguém se responsabiliza, mas o banco está provando a sua função. Está cobrando dos avalistas Genoino, Delúbio e Marcos Valério o dinheiro que deveria estar na caixa do banco, mas está na caixa dois do PT.

Eleição

Se o presidente Lula não “torcer o pepino” de José Dirceu, a eleição para a presidência do PT vai virar bagunça. A disposição do ex-ministro da Casa Civil é continuar mandando no partido. Tem cacife para isso, mas a decepção maior vai ser para os eleitores do presidente. Tarso Genro é quem está de frente para a fera disposta a não ceder em seus anseios.

Intelectuais

Qualquer movimento político é razão para manifesto dos intelectuais. Os do PT receberam gordas indenizações oficiais à guisa de “direitos humanos” e ficaram calados. Da psalmiceira surge a filósofa Marilena

Chauf. Na sua opinião, a origem dos problemas do PT é armadilha Tucana. Mas esconde o nome dos “companheiros” beneficiados pelo dinheiro fácil.

Coisas que ficam

Passando olhos em edições passadas, encontro matéria de Vicente Nunes contando que o Brasil até junho pagou R\$ 65 bilhões de encargos da dívida pública. Trocado em miúdos: R\$ 630 milhões por dia. “Exagero”, classifica Roberto Piscitelli, da UnB. Por falta de navios, pagamos quase isso pelo transporte de petróleo.

Clara Arreguy

Vai ser dia 29 a noite de autógrafos do livro *Segunda divisão*, de Clara Arreguy, nossa editora de Cultura. A autora faz coquetel de pensamentos dos cartolas, jogadores, jornalistas, juizes e torcedores durante as 24 horas que antecedem o jogo. Cria enredo fascinante e expõe a realidade brasileira com a cultura e humanismo que lhe são peculiares. O lugar escolhido para o lançamento é mineiro como a autora. Trata-se do bar e restaurante Monumental, onde pontifica principalmente o humor das Alterosas.

Abra o olho

Durante a visita à Alemanha, o papa Bento XVI chamou a atenção do mundo. Mostrou que fé não é “negócio”, e concluiu dizendo que “a religião quase se transforma em produto de consumo”. Ele se referia às promessas de seitas que ocupam rádios e televisões engordando contas bancárias dos seus arautos em muitos países.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

“Intenso trabalho parlamentar tem provocado estafa na maioria dos deputados, etc.” Bom começo para uma reportagem a ser publicada antes de 3 de outubro. (Publicado em 22/09/60)